

# TEORIAS DISCURSIVAS: DIFERENTES POSSIBILIDADES ANALÍTICAS NA PESQUISA EDUCACIONAL

## DISCURSIVE THEORIES: DIFFERENT ANALYTICAL POSSIBILITIES IN THE EDUCATIONAL RESEARCH

Franciele Roos da Silva Ilha **1**

Letícia Ramalho Brittes **2**

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo discutir algumas perspectivas teórico-metodológicas que possibilitam empreender a análise do discurso para a compreensão/problematização dos fenômenos sociais. Numa perspectiva estruturalista será tratada da Análise de Discurso de Pêcheux e na perspectiva pós-estruturalista a Análise de Discurso proposta por Laclau e Mouffe, assim como a Análise de Discurso foucaultiana, oriunda dos estudos de Michel Foucault. Diante dos apontamentos apresentados, acredita-se que os estudos discursivos muito têm a contribuir com a análise da educação brasileira, com vistas a apontar ferramentas de análise aos profissionais da educação no intuito de promover a partilha do controle das regras dos jogos discursivos, atingindo-se assim novos significados para a práxis docente. Especialmente os estudos de Wittgenstein que culminaram no movimento da Virada Linguística, reconfigurando o lugar da linguagem e do discurso na produção do social.

**Palavras-chave:** Estruturalismo. Pós-estruturalismo. Discurso.

**Abstract:** This study aims at discussing some theoretical and methodological perspectives that make it possible to undertake discourse analysis to understand / problematize social phenomena. In a structuralist perspective, Pêcheux's Discourse Analysis will be treated and in the post-structuralist perspective, Discourse Analysis proposed by Laclau and Mouffe, as well as Foucault's Discourse Analysis, based from the studies of Michel Foucault. On the perspective of notes presented, it is believed that discursive studies have much to contribute to the analysis of Brazilian education, with a view to pointing out analysis tools to education professionals in order to promote the sharing of control of the rules of discursive games, reaching new meanings for teaching praxis. Especially Wittgenstein's studies that culminated in the Linguistic Turning movement, reconfiguring the place of language and discourse in the production of the social.

**Keywords:** Structuralism. Post-structuralism. Discourse.

---

Docente da Escola Superior de Educação Física da Universidade **1**  
Federal de Pelotas. Doutora em Educação.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5370821019842563>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6016-4259>.  
E-mail: francieleilha@gmail.com

Docente do Instituto Federal Farroupilha. Doutora em Educação. **2**  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5104573307305494>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0279-2713>.  
E-mail: brittesleticia@gmail.com

## Introdução

Os estudos sobre o discurso contam com várias abordagens teórico-metodológicas, bem como com diferentes formas de se conceber a definição para o termo.

Para tanto, antes de sinalizar as perspectivas que serão tratadas no espaço deste artigo, destaca-se a importância em situar tais abordagens dentro das epistemologias, que subsidiaram a sua emergência.

Contemporaneamente, as teorias do discurso mais utilizadas na compreensão do social são as delineadas pela perspectiva pós-estruturalista. O pós-estruturalismo, de acordo com Silva (2011), compartilha com o estruturalismo a ênfase da linguagem como um sistema de significação. No entanto, nega formas estruturantes de pensar os fenômenos sociais, como a dialética hegeliana e marxista.

Com isso, o estruturalismo privilegia a estrutura, sendo fundamental na sua concepção de linguagem a oposição entre língua e fala. Tal oposição é fruto das investigações linguísticas de Saussure, acerca das regras de estruturação da linguagem, base desta perspectiva (SILVA, 2011).

Cabe sinalizar, que o surgimento das perspectivas pós-estruturalistas diante do quadro estrutural delineado pelos estruturalistas, foi resultado de todo um processo de questionamentos, investigações culminando no movimento da Virada Linguística.

Assim é que os estudos sobre a linguagem ganharam envergadura teórica, tornando-se um dos principais referenciais nas pesquisas das Ciências Humanas e Sociais. Teoricamente, o Movimento da Virada Linguística foi representado pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951), que considerou o problema da filosofia um problema de linguagem<sup>1</sup>.

Assim como Pêcheux, seus estudos dividiram-se em momentos distintos: o primeiro Wittgenstein, e o segundo Wittgenstein – nomenclatura atribuída pelos filósofos contemporâneos para as fases do estudo do referido autor.

A primeira fase corresponde ao período em que o filósofo dedicou-se à escrita de *Tractatus logico-philosophicus*. Nesta fase do estudo a noção de existência de proposições elementares não é arbitrária, decorrendo diretamente de suas preocupações sobre a relação entre o pensamento e a linguagem de um lado, e a realidade de outro. Assim, tem-se uma teoria sustentada pela ideia de que “a realidade é afigurada pela linguagem, admitindo-se a existência de proposições cujo sentido evidencia-se imediatamente” (WITTGENSTEIN, 1996, p. 13). Nessa lógica, dependeriam das proposições elementares todas as outras proposições.

Tem-se, então, o sentido atrelado à figura, aos nomes que se relacionam aos objetos. De um determinado conjunto de nomes surge a multiplicidade de objetos e a partir disso reproduz-se as possibilidades combinatórias desses objetos. No entanto, trata-se de uma designação rígida: de um nome, surgiria um objeto como referência. Tais teorizações foram sustentadas numa estrutura essencial de mundo, em que a linguagem construía-se em um processo de espelhamento, em termos de uma sintaxe lógica da linguagem. Nessa concepção de linguagem a intencionalidade do sujeito em atrelar nome ao objeto dava-se em uma instância individual e subjetiva.

Em uma postura de abandono a sua perspectiva logicista, Wittgenstein, a partir da escrita de *Investigações Filosóficas*, passou a dedicar-se a uma diferente teorização, julgando insatisfatória sua concepção de elucidação de todos os problemas de linguagem. Para tanto, passou a sustentar que “seria necessário não querer descobrir o que supostamente está oculto sob a linguagem, mas abrir os olhos para ver e desvendar como ela funciona. A atitude metafísica deve ser substituída pela atitude prática (Idem, p. 14). Nessa abordagem, o segundo Wittgenstein defende que:

[...] A linguagem funciona em seus usos, não cabendo, portanto, indagar sobre os significados das palavras, mas sobre suas funções práticas. Estas são múltiplas e variadas, constituindo múltiplas linguagens que são verdadeiramente formas de vida. Em outros termos, poder-se-ia dizer que o correntemente chamado linguagem é, na verdade, um

<sup>1</sup> Wittgenstein chega então à conclusão que todo o problema da filosofia reduz-se apenas à distinção entre o que pode ser dito por meio de proposições, isto é, mediante a única linguagem que existe, e o que não pode ser dito, apenas mostrado (WITTGENSTEIN, 1996, p. 11).

conjunto de “jogos de linguagem”, entre os quais poderiam ser citados seus empregos para indagar, consolar, indignar-se, ou descrever (WITTGENSTEIN, 1996, p. 15).

Nessa sua segunda fase de investigações há um rompimento com a noção de significado como algo que está do outro lado da palavra, afastando a subjetividade do fundamento da produção de sentido. Assim, a linguagem não poderá mais ser concebida de forma unificada conforme uma única estrutura lógica e formal. Uma única proposição não pode carregar em si a totalidade de significado produzida pela linguagem. No entanto, a linguagem passa a ser constituída de pequenos elementos em sequência que se diferem entre si, organizando-se de forma múltipla e segmentada. Pode-se considerar, em acordo com Wittgenstein, que a semelhança entre tais segmentos constituíam-se através de um ‘certo grau de familiaridade’ que no processo de produção da linguagem apresentam-se como ‘jogos de linguagem’.

Com isso, Wittgenstein oferece uma grande contribuição aos estudos sobre a linguagem e o social, principalmente em sua segunda fase de estudos na qual o filósofo esclarece que, de fato, as questões filosóficas não estão destituídas de sentidos, no entanto, de nada resolve o filósofo tão somente buscar soluções, procurando uma “suposta realidade escondida” sob a linguagem.

Ainda assim, sinaliza-se que os estudos sobre a linguagem iniciam bem antes das perspectivas pós-estruturalistas. O conceito de linguagem é bastante amplo. No entanto, interessa partir da noção de linguagem postulada por Saussure em 1916, pelo fato de ser um estudo que se remete à linguagem em seu caráter social, além de ser uma teoria essencial para os estudos linguísticos contemporâneos. Para Saussure (2006), a linguagem possui um caráter dual, constituída de uma instância subjetiva (a fala) e de uma instância objetiva (a língua), priorizando o estudo da língua em detrimento da fala.

Conforme Cardoso, fundamentando-se na necessidade de comunicação humana, a língua é entendida como fato social, pois, para Saussure, ela pertence a todos os membros de uma comunidade, sendo exterior ao indivíduo, o qual não pode nem criá-la nem modificá-la (2005, p. 16). No *corde saussureano*, entendia-se a língua como sistema, em que “cada falante retinha uma parte desse código, que não existia perfeito em nenhum indivíduo”<sup>2</sup>.

A dicotomia fala/língua foi superada, após décadas, com o advento da Linguística da Enunciação, que irá apresentar o “linguístico em conexão com os enunciadores e o mundo”<sup>3</sup>. Essa concepção rompeu com a noção de língua como sistema/estrutura, remetendo-se a esta como processo em seu funcionamento. A esse respeito, ainda conforme Cardoso,

[...] A linguística da Enunciação teve, pois, o grande mérito de tirar a linguagem da clausura do sistema. A enunciação fica, porém, na perspectiva de Benveniste (1974), circunscrita ao espaço do subjetivo e do individual, já que, para ele, a enunciação é o ato individual de colocar a língua em funcionamento, ou de transformá-la em discurso, que nesse sentido, acaba sendo concebido como um “produto subjetivo e individual”, ficando muito próximo do conceito de fala de Saussure (CARDOSO, 2005, p. 22).

O lapso existente na concepção subjetiva e individual da teoria da enunciação remete-se ao fato de não compreender a linguagem como prática social, historicamente estabelecida, ocultando, dessa maneira, seu caráter ideológico que contrasta relações de poder. Opondo-se à noção de discurso como “produto subjetivo e individual” surge a Análise de Discurso<sup>4</sup>, propondo como seu

2 Ibid., p. 15.

3 Ibid., p. 16.

4 Conforme Orlandi, a AD não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem, com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2005, p. 15).

objeto de estudo o discurso, sendo considerado um elemento integralmente histórico e social.

Acredita-se que, através da prática discursiva, a dicotomia língua/fala possa ser realmente superada, pois, para a AD, o discurso não se apresenta como sinônimo de fala nem se aproxima do conceito de língua, constituindo-se como um terceiro elemento. Assim, “o discurso é, pois, um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas”<sup>5</sup>. Dessa maneira, sendo entendida como forma, a língua constitui uma estrutura, todavia, sendo concebida como funcionamento, a língua passa a ser entendida como discurso.

Esta noção de discurso, conforme Orlandi, “propõe compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (2005, p. 15). A AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o ser humano e a realidade natural e social. Assim, pode-se afirmar que o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana<sup>6</sup>.

Diante de tais pressupostos, este estudo tem como objetivo discutir algumas perspectivas teórico-metodológicas que possibilitam empreender a análise do discurso para a compreensão/problematização dos fenômenos sociais. Numa perspectiva estruturalista será tratada da Análise de Discurso de Pêcheux e na perspectiva pós-estruturalista a Análise de Discurso proposta por Laclau e Mouffe, assim como a Análise de Discurso foucaultiana, oriunda dos estudos de Michel Foucault.

### **Análise de Discurso em Michel Pêcheux**

Acredita-se que uma das concepções mais valiosas nesse âmbito tenha sido a do filósofo francês Michel Pêcheux que, como membro do partido comunista, tornou sua produção impregnada pelo materialismo-histórico de Karl Marx. Não obstante, teve mais duas fortes influências: da psicanálise freudiana e da linguística saussureana. No Brasil, seus estudos foram difundidos, significativamente, através dos estudos de Eni Orlandi.

Interessa apresentar o que Pêcheux e, mais tarde, Orlandi postularam sobre o discurso. Ambos defenderam a noção de discurso como o lugar do trabalho da língua e da ideologia (ORLANDI, 2005, p. 38). A teoria pecheutiana sustenta sua análise a partir da mobilização de alguns dispositivos, tais como: linguagem, discurso, sujeito, ideologia, formação discursiva, formação ideológica e formação imaginária, condições de produção, entre outros.

De fato, Pêcheux foi reconhecido como fundador da AD. Ao constatar a não transparência da linguagem, ele irá definir que a AD pressupõe a Linguística, mas não se vale apenas dela. Ao realizar uma releitura de Saussure, o autor irá conceber que o discurso ultrapassa a noção dicotômica de *langue e parole* desenvolvida pelo linguista e irá considerar o discurso como uma instância integralmente histórica e social.

Além disso, Pêcheux (1988) vinculou seus estudos ao campo teórico e ideológico do Marxismo, valendo-se dos pressupostos do Materialismo Histórico. A partir de uma releitura de Althusser (1985), Pêcheux desenvolve estudos envolvendo questões acerca da luta de classes em suas teorizações. Tal abordagem perpassou todo o trabalho do teórico no âmbito dos estudos sobre o discurso.

Além do retorno ao Marxismo e à Linguística, Pêcheux, em uma releitura de Lacan, situa seus estudos sobre o sujeito com base na psicanálise. Para o filósofo, o sujeito é resultado de uma estrutura complexa, sendo atravessado pelo inconsciente. Deslocando-se da noção de homem para a de sujeito, Pêcheux irá admitir a dispersão, divisão, inacabamento do sujeito. Trata-se, portanto, de um sujeito descentrado que cinde em muitos por ser parte de um todo na estrutura histórico-social.

Assim, surge a AD, fundada por Pêcheux na década de 1960, ancorada entre três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Constrói-se então, o fundamento teórico para a AD, em torno de Saussure, Marx e Lacan. Dada essa conjuntura tem-se uma “disciplina da interpretação”, capaz de construir “procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 14). Nesse empreendimento teórico e metodológico

5 Ibid., p. 21.

6 Ibid., p.15.

tem-se que:

- a) a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela introduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b) a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c) o sujeito da linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2005, p. 20).

Destaca-se ainda que essa “disciplina da interpretação” apresentada inicialmente por Pêcheux, foi elaborada em três épocas da sua produção intelectual. A seguir, discorrer-se-á sobre esses três momentos.

A primeira época inicia-se na década de 1960, com sua obra intitulada *Análise automática do discurso*. Nesse momento de sua produção, o filósofo propôs desenvolver uma maquinaria capaz de realizar a análise automática do discurso, sem possibilidades de equívocos, com o máximo de objetividade, cientificidade e fidelidade com a verdade, buscando destacar os traços e enunciados de base do processo discursivo. Pêcheux realiza sua autocrítica nesse período, afirmando que o que havia estabelecido nessa fase era o “primado do mesmo sobre o outro”, enfatizando a repetição e a invariância dos estudos linguísticos desenvolvidos até aquele momento.

A segunda época (1976-1979) é marcada por uma fase de profundos questionamentos. Pêcheux, ao perceber que a análise do discurso a partir de uma “máquina discursiva” não seria possível, haja vista o caráter ideológico do discurso, aplicou-se ao estudo do Materialismo Histórico. Foi uma fase em que o filósofo, a partir de uma releitura de Althusser, desenvolveu a teoria materialista do discurso, partindo do pressuposto de que “todo o processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1988, p. 92). Todavia, a autocrítica realizada pelo teórico, nesse período, relaciona-se ao fato de “o sujeito do discurso continuar sendo concebido como puro efeito de assujeitamento à maquinaria da formação discursiva (FD) com a qual ele se identifica” (PÊCHEUX, 1993, p. 314).

A terceira e última época (1980-1983) é marcada pelo que Pêcheux irá denominar “desconstrução da maquinaria discursiva”. Mالدید (2003) também faz referência a esse período como “a desconstrução domesticada”. Trata-se de um momento marcado pela heterogeneidade discursiva. Assim, o discurso passou a ser visto no entrecruzamento entre a estrutura e o acontecimento, como consequência da mudança de enfoque da estrutura para o acontecimento. Na obra de Pêcheux intitulada - *O discurso: estrutura ou acontecimento* – Orlandi, ao redigir a nota ao leitor, afirma

[...] Ainda uma vez, M. Pêcheux avança pelos entremeios, não deixando de levar em conta a presença forte da reflexão sobre a materialidade da linguagem e da história, mesmo percorrendo agora esse espaço das “múltiplas urgências do cotidiano”, interrogando essa necessidade de um “mundo semanticamente normal” do sujeito pragmático. Região de equívoco e em que se ligam materialmente o inconsciente e a ideologia (PÊCHEUX, 1990, p. 9).

Ao encontro disso, tem-se as formulações de Marx e Engels, na obra intitulada *A Ideologia Alemã*, que influenciaram a teoria pecheutiana, ao situar a história a partir da concepção materialista, explicando assim o processo de formação social e produção humana através da noção de práxis.

Para os autores a noção de ideologia vincula-se ao antagonismo das duas classes sociais surgidas na Modernidade: burgueses e proletários, estabelecendo-se uma relação de ideologia da classe dominante *versus* ideologia da classe dominada. Com base nessa perspectiva de sociedade, Marx (1984) irá definir que a ideologia se realiza no âmbito da “falsa consciência” em que a ideologia da classe dominante serve como meio de dominação, mascarando o conflito da luta de classes, o

que provocaria a alienação do sujeito através de uma percepção incompleta da realidade, pois

[...] Na medida em que dominam como classe e determinam todo âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias, que regulem a produção e distribuição de ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (MARX, 1984, p.14).

Portanto, para Marx a ideologia é, especificamente, a ideologia da classe dominante, servindo como meio de dominação. Foi através desta corrente teórica, que Althusser (1985) elaborou sua teoria das ideologias. Para o autor a ideologia relaciona-se ao conjunto de práticas materiais para a produção, assim como na reprodução das condições políticas, econômicas e ideológicas. Partindo desses pressupostos, Althusser (1985) formulou duas teses:

- a) não existe prática senão através de e sob uma ideologia;
- b) só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito.

Com base nessas assertivas surge a tese central de Althusser: “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (Idem, p. 93). A partir dessa formulação althusseriana, Pêcheux (1988) irá retomar a concepção de ideologia em sua obra *Semântica e Discurso*, destacando que uma das formas de manifestação da ideologia é a atividade discursiva. O teórico admite que a ideologia que interpela o indivíduo em sujeito, também o assujeita. Segundo Pêcheux, o assujeitamento é condição necessária para que o indivíduo torne-se sujeito do seu discurso que, ao se submeter livremente, sujeita-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, apesar de ter a ilusão de autonomia.

A esse respeito, Pêcheux (1988) acrescenta que uma teoria que concebe a linguagem como uma ação interativa entre sujeitos livres é ilusória, ocorrendo aí o que ele irá definir por “ilusão do sujeito”. Em consonância com os estudos de Althusser, ele defendeu a tese de que numa formação social como a capitalista, os sujeitos que participam do processo de interação linguística são, na realidade, assujeitados como sujeitos ideologicamente interpelados, de tal modo que cada um produz enunciados a partir do lugar que ocupa no seio da contradição de classes do modo de produção tendo a (falsa) impressão de estar exercendo sua livre vontade. Assim, é que se pode chegar à conclusão, nessa concepção teórica, de que todo o discurso é ideológico, no sentido de que é condicionado por valores que se orientam conforme a posição de classe social dos sujeitos.

É nesse contexto que surge a definição de formação ideológica como um conjunto complexo de atitudes e representações que, conforme Pêcheux (1988), não são individuais nem universais, situando-se no entremeio dos conflitos relacionados a posições de classes sociais. Em outras palavras, o que o sujeito diz é determinado pelas condições sócio-históricas nas quais ele o diz, ou seja, em acordo com a formação ideológica da sociedade na qual está inserido.

Nessa perspectiva, a formação ideológica tem como um de seus componentes, uma ou várias FDs que se inter-relacionam. Assim, pode-se afirmar que as FDs inscrevem-se em formações ideológicas. Nas palavras de Pêcheux,

[...] Chamaremos, então, FD aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que deve ser dito (articulando sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc. (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

A esse respeito, apresenta-se ainda as considerações de Indursky (2002) quando afirma que

a FD corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito. Portanto, um enunciado terá seu sentido determinado pela posição do sujeito no interior de uma formação social, ou seja, o lugar de onde se fala é determinante daquilo que se diz.

No embate entre aspectos ideológicos, sociais e históricos, a AD tem se ocupado em investigar a linguagem, o discurso e o sujeito. Essas categorias são caras à AD, pois estão na base dos seus estudos. Em relação à linguagem, a AD irá considerá-la um trabalho (mesmo que simbólico), que se produz no âmbito social, a partir da interação entre os sujeitos. Além disso, irá admitir que a não transparência, o equívoco e a falta são fatores constitutivos da linguagem. É nessa perspectiva que a linguagem é parte constitutiva do processo discursivo sob a determinação de condições ideológicas, históricas e sociais.

Orlandi afirma que “a linguagem serve para comunicar e não comunicar”. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados” (2005, p. 21). A autora baseia-se nessa afirmação para definir que o discurso é efeito de sentidos entre locutores. Segundo Cardoso, o discurso é um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas (2005, p. 21). Por último, pode-se entender o discurso como um trabalho simbólico situado na base da produção humana. Nesse sentido, conforme Magalhães, o discurso é uma práxis humana que só pode ser compreendida pelo entendimento das contradições sociais que possibilitaram a sua objetivação (2007, p. 329).

Dada essa conjuntura, concebe-se que o sujeito da AD é resultado de uma relação com a língua e a história. Pêcheux, ao contrário de entendê-lo como um “organismo humano individual”, irá defini-lo como um “lugar determinado na estrutura social”. Mais tarde, os estudos realizados por Pêcheux e Füchs (1990, p. 133) apresentaram uma “teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica” (1990 apud INDURSKY, 2002). Assim, pode-se considerar, em acordo com esses teóricos, que além de o ser humano se inscrever no social, situando-se em um determinado momento histórico, sendo interpelado em sujeito pela ideologia, irá ser dotado de inconsciente.

A partir dessa formulação, a AD irá conceber que o sujeito discursivo não é a origem do seu dizer, como também não pode controlar os sentidos desse dizer. A esse respeito, Petri esclarece que se trata de “luta pelo sujeito que não deve e não pode ser concebido como “origem do dizer” e “tirano controlador dos sentidos”; é uma luta pelo sentido que deve e pode ser um “incansável fugitivo” das prisões da literariedade (2006, p. 9). Foi com base na noção althusseriana, que propõe a interpelação do ser humano em sujeito através da ideologia e, na concepção lacianiana, que admite que o inconsciente é constitutivo do sujeito, que Pêcheux formulou sua teoria sobre o sujeito discursivo.

Além disso, deve-se considerar o lugar de onde fala o sujeito, ou seja, sobre a posição que ocupa na conjuntura social, pois este processo será determinante ao que o sujeito diz, como diz e para quem diz, se é que diz. As condições de produção, no entanto, têm a ver com as relações de força estabelecidas dentro do discurso e fazem parte de uma exterioridade linguística, podendo, segundo Orlandi (2005), “[...] ser agrupadas em condições de produção em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico)”.

Há nessa relação, a interferência da formação imaginária do sujeito que é complementar às suas condições de produção. Ambas atuam no funcionamento discursivo como fatores determinantes para a produção de sentidos. Pêcheux (1988) esclarece que “[...] as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores. Elas dizem respeito às imagens projetadas pelos sujeitos numa dada conjuntura social. O lugar de onde fala esse sujeito no interior desta estrutura determina as relações de força do discurso as quais se projetam a partir de um já dito que antecipa os sentidos e possibilita que o sujeito fale de uma maneira e não de outra, devido ao fato de sua formação imaginária já ter estabelecido sentidos na cadeia de significações do interdiscurso.

## **Teoria do Discurso em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe**

Além dos estudos da AD da Escola Francesa, muitas outras teorias do âmbito discursivo têm ocupado um lugar significativo nos processos sociais. Tanto em estudos de cunho estruturalistas quanto pós-estruturalistas percebe-se a presença de autores que desenvolveram teorias para uma

análise discursiva do social.

Dessa forma, considerando as premissas tratadas anteriormente duas questões adentraram o cenário da análise discursiva: a precariedade e a contingência do contexto discursivo. Para Mendonça,

[...] o discurso está inserido num contexto dominado pela precariedade e pela contingência. A ideia da precariedade se dá na medida em que toda produção de sentido está sempre tendente a ser alternada em função da natureza relacional que envolve a constituição de um sistema discursivo. Já a contingência deve ser entendida a partir do fato de que não há necessidade ou previsibilidade de produção de sentidos pré-determinados por uma totalidade discursiva. A contingência - algo não necessário, mas tampouco impossível - está relacionada, portanto, com a multiplicidade de possibilidades de produção de sentidos no interior do sistema discursivo (MENDONÇA, 2008, p. 60).

Assim, a tão sonhada emancipação do sujeito fica atrelada ao contexto em que o discurso produz sua cadeia de significações. Por se tratar de uma cadeia instável e não pré-determinada, não há como definir de uma vez por todas que o sujeito discursivo, à parte das condições de produção do 'seu' discurso, possa alcançar a liberdade. A liberdade, que em termos políticos, alcança o *status* de emancipação, é sempre provisória, precária e contingente, pois se dá dentro de uma disputa discursiva, no ínterim das práticas sociais protagonizadas pelos sujeitos.

Na educação, esse fenômeno caracteriza-se pelo movimento da virada linguística<sup>7</sup>. Nessa abordagem teórica, dilui-se a concepção das classes sociais antagônicas, através de um deslocamento da noção de poder e do próprio conceito de ideologia. Assim, novos aspectos são trazidos para o foco da discussão no campo educacional e não somente os estritamente ligados às relações de base e superestrutura postulados por Marx<sup>8</sup>. A crítica às formas de dominação do capital permanece, mas são acrescidos outros fatores igualmente relevantes como, por exemplo, as questões de ordem social, política, cultural, familiar, todas entendidas como práticas sociais.

Assim, busca-se estabelecer um rompimento com o raciocínio estruturalista, no sentido de que, na contemporaneidade, urge a necessidade de se compreender o social em sua infinitude, pois o sistema estrutural mesmo com suas delimitações será sempre rodeado por um 'excesso de sentido' que se é incapaz de dominar. Nesses termos, a própria sociedade quando entendida como objeto unitário que funda seus processos parciais torna-se uma impossibilidade.

No entanto, considerando-se o caráter relacional de uma identidade social e, ao mesmo tempo, renunciando a fixação dessas identidades em um sistema, chegar-se-á ao entendimento de que o social, na verdade, possui identificação com o jogo infinito das diferenças. Esse encontro do social com a diferença conduz à noção de discurso que, para Laclau, trata-se de um conceito cujo significado não se restringe tão somente à fala e à escrita.

Assim, tem-se a concepção de discurso como prática social a qual se depara com a impossibilidade de fixação de um sentido (único) para a análise do social. Entretanto, não se está sustentando que diante desta impossibilidade não exista a necessidade de fixação de sentido,

7 A esse respeito Fairclough considera que "[...] os limites entre as ciências sociais estão enfraquecendo, e uma maior diversidade de teoria e prática vem se desenvolvendo nas disciplinas". Tais mudanças têm-se feito acompanhar por uma 'virada linguística' na teoria social, cujo resultado é um papel mais central conferido a linguagem nos fenômenos sociais (FAIRCLOUGH, 2001, p. 20).

8 [...] "Na relação imediata entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto há que se buscar o segredo mais profundo, o cimento oculto de todo o edifício social, e por conseguinte da forma política que a relação de soberania e dependência adota; em uma palavra, a base da forma específica que o Estado adota em um período dado. Isto não impede que a mesma base econômica apresente, sob a influência de inúmeras condições empíricas distintas, de condições naturais, de relações sociais, influências históricas exteriores, infinitas variações e matices, que só poderão ser esclarecidos por uma análise dessas circunstâncias empíricas" (MARX, O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro 1, v. 3, p.775, 776).



pois para Laclau “*a discourse incapable of generating any fixity of meaning is the discourse of the psychotic*”<sup>9</sup> (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 112).

Segundo Burity, há várias maneiras de iniciar a caracterização da teoria política de Ernesto Laclau: “como uma teoria do discurso; como uma teoria da hegemonia, como uma reflexão do pós-marxista; como um marxismo pós-moderno; como uma teoria da democracia radical (BURITY, 2008, p. 36).

Ao contrário da maioria dos estudos pós-estruturalistas, não se tem aqui o interesse de aniquilar o conceito de ideologia, mas de ampliá-lo com as contribuições de Laclau, no sentido de que o ideológico, para o teórico,

[...] consistiria en aquellas formas discursivas a través de las cuales la sociedad trata de instituirse a si misma sobre la base del cierre, de la fijación del sentido, del no reconocimiento del juego infinito de las diferencias. Lo ideológico sería la voluntad de “totalidad” de todo discurso totalizante. Y en la medida en que lo social es imposible sin una cierta fijación de sentido, sin el discurso del cierre, lo ideológico debe ser visto como constitutivo de lo social (LACLAU, 1993, p. 106.).

Assim, o ideológico não consistiria apenas como constituição de uma falsa consciência, no sentido de que não se configura como uma falsa representação de uma essência positiva, pois há que se considerar o caráter precário de toda positividade. A ideologia é construída, não é dada a priori e, nem tampouco, está passível de ser desvelada no campo da discursividade. Não se trata apenas de uma dimensão superestrutural, sendo produzida no seio das relações sociais.

## Análise de discurso foucaultiana

Nas obras *Arqueologia do Saber* e *Ordem do discurso*, Michel Foucault apresenta indicativos para a realização da análise do discurso, no entanto, em nenhum momento o autor assume ter escrito uma proposta metodológica para analisar os discursos.

Esta posição de Foucault é assumida pela maioria dos pesquisadores que o estudam e pelos pós-graduandos que nele se fundamentam na realização de suas investigações, pois não há uniformidade em seus desenhos metodológicos. Ao contrário, as suas análises são elaboradas de modos variados, dificilmente encontra-se completas regularidades nos processos metodológicos, como localizado facilmente em pesquisas que utilizam a análise de conteúdo, por exemplo.

Entretanto, ainda que a perspectiva foucaultiana não imponha nem propicie regras para uma operacionalização e análise dos dados das pesquisas, toda investigação científica requer certos cuidados metodológicos e o uso de ferramentas.

Fischer (2007), ao sinalizar as lições mais relevantes aprendidas em sua trajetória de trabalhar com Foucault, ajuda a evidenciar tais cuidados, como conceber teoria e prática como inseparáveis, uma vez que a teoria também é uma prática discursiva.

O discurso e a produção do sujeito, ou o método na teoria, é um outro ponto destacado pela autora, diante da produtividade dos discursos e seus investimentos de saber e poder na fabricação de sujeitos de certo tipo. O destaque é para que se considerem quais características, atitudes, posturas, ações, os discursos estão tentando fixar para os sujeitos adentrarem em determinado regime discursivo e assumirem a posição estipulada.

Outro cuidado a ter é não conceber os discursos do *corpus* da pesquisa como declarações individuais, desconectados de todo o aparato social que produz aqueles discursos. Os documentos selecionados ou os atos de fala dos participantes capturados na pesquisa não podem ser compreendidos como expressões psicológicas da subjetividade dos indivíduos ou de um grupo de indivíduos, é preciso considerar a situação social da enunciação e seus atravessamentos discursivos (FISCHER, 2007). O discurso “não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito

9 [...] um discurso incapaz de gerar qualquer fixação de sentido em torno dele é o discurso do psicótico (tradução da autora).

que pensa, que conhece, e que diz” (FOUCAULT, 2013, p.66), está imbricado em uma certa ordem discursiva, em um campo de saber, em uma formação discursiva que tem todo um regime discursivo na definição do que pode ser dito, por quem e em que lugar.

No caso de uma pesquisa na escola ou na universidade, tendo como participantes professores, seja qual for o objeto investigativo, esses docentes falam, agem, escrevem a partir das ordens discursivas às quais os mesmos estão autorizados. Esses professores são pontos de dispersão de discursos ligados a campos de saber que os autoriza a dizer certas coisas e não outras. O que escapar a tais ordens, pode até ser dito, mas não será ouvido. Como exemplo disso, em *A Ordem do discurso*, Foucault (2010) mostra os procedimentos que permitem o controle do discurso, interna e externamente, sinalizando para a sua intrincada relação com o poder.

Numa perspectiva foucaultiana, discurso, poder e saber formam um tríade de elementos inseparáveis, na medida em que um estará sempre implicado no outro, produzindo-o. Como afirma Foucault (2014, p.109), “é justamente no discurso que vem a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de elementos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável”.

Cabe destacar que os recursos utilizados para a análise do poder, anteriores à analítica de Foucault, eram fundamentados apenas em termos legais (o que legitima o poder?) e nos modelos institucionais (o que é o Estado?) (FOUCAULT, 1995). O poder era visto como uma propriedade, algo que determinadas pessoas em posições fixas poderiam ter. Poder sempre exercido de modo hierárquico. Ora, Foucault (1995) vai desmanchar essa compreensão a partir de seus estudos, possibilitando uma outra forma de analisar o poder.

Na tentativa de suprir esta lacuna para a analítica do poder, especificamente no estudo da objetivação do sujeito, Foucault (1995) vai mostrar a necessidade de ampliar as definições de poder em direção a uma perspectiva que o trate como um jogo de relações. O autor destaca que este trabalho requer a conceituação crítica dos problemas implicados no jogo do poder e alguns aspectos precisam ser considerados nesta analítica. Sem a intenção de hierarquizar tais aspectos, o que seria incoerente com tal perspectiva, apresenta-se a seguir as questões que deverão fundamentar o olhar investigativo.

Em primeiro lugar, é preciso saber que o exercício do poder se dá sobre coisas e sobre corpos, estes últimos podendo ser mediatizados por dispositivos. O poder estudado por Foucault (1995) é sobre os corpos; o poder que põe em jogo relações entre indivíduos ou grupos e, mesmo que tenham a mediação do seu exercício por dispositivos, “não podemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é na medida em que supomos que “alguns” exercem um poder sobre os outros” (FOUCAULT, 1995, p.240).

O poder não possui um centro, nem está nas mãos de determinadas pessoas. De acordo com a situação, da posição estratégica e com quem se estabelece uma relação é que seria possível identificar quem está exercendo o poder. O poder está sempre presente nas relações sociais, nas micro e macro-relações, e ele só pode ser analisado nesta forma relacional e situada. O seu exercício é constante, mas quem o exerce pode se alterar (FOUCAULT, 1992).

Isto quer dizer que o poder não tem uma “cara”, mas possuem dispositivos que agem a seu favor. Dispositivos que não atuam de forma isolada na trama social, pois não teriam força em seu exercício, mas movimentam-se em rede nas complexas relações humanas.

Exercer o poder é agir sobre as ações dos outros, é um modo de ação de alguns sobre a ação de outros. Ações sobre ações, sobre ações possíveis, atuais, futuras ou eventuais. É a condução de condutas e o ordenamento das probabilidades, é da ordem do governo. Governo, numa acepção ampla, é a “maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos [...] Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p.244).

As relações de poder se enraízam no nexos social e para a sua análise é necessário considerar: a) o sistema de diferenciações: diferenças de ordem econômica, linguística, cultural, jurídica, privilégio, habilidades, competências, lugar nos processos de produção; b) o tipo de objetivos daqueles que agem sobre a ação de outros, como manter seus privilégios, exercer uma função; c) as modalidades instrumentais: o exercício do poder ocorre pelos efeitos das palavras, mecanismos de controle, sistema de vigilância, dispositivos materiais ou não; d) as formas institucionais: podem ser

um sistema complexo com múltiplos aparelhos (como o Estado), envolver diferentes dispositivos (como as relações de poder na família), ou se constituir por um dispositivo fechado em si mesmo e sua autonomia relativa (como as instituições escolares); e) os graus de racionalização: relativo aos graus de elaboração e do ajustamento de seus mecanismos (FOUCAULT, 1995).

É importante destacar outra questão acerca do poder: seu efeito produtivo (FOUCAULT, 1992). O poder produz saber, verdades. As relações de poder fabricam verdades que vão constituindo todo um regime discursivo, um regime de verdade. A verdade, ao ser produzida por sistemas de poder, que também a sustentam, induz efeitos de poder, que a reproduzem. Poder e verdade estão imbricados, compõem uma dinâmica: poder produz verdade – verdade produz efeitos de poder – efeitos de poder reproduz verdade. No entanto, este processo não ocorre sem conflito. A ordem do discurso é da ordem da guerra: há uma luta constante por hegemonizar significados, verdades, discursos, enunciados e a resistência faz parte dessa dinâmica. O poder precisa da liberdade para ser exercido, da possibilidade de resistência, caso contrário seria constrangimento físico. A liberdade é condição de existência para o exercício do poder. Liberdade aqui entendida como ações que podem acontecer dentro de um campo de possibilidade (FOUCAULT, 1995).

### Considerações Finais

Nesta reflexão teórica discorreu-se sobre as contribuições dos estudos estruturalistas, estendendo-se a discussão com a apresentação de pressupostos da teoria discursiva pós-estruturalista. Mais do que isso, foi o de apresentar continuidades e descontinuidades em torno dos estudos discursivos.

Não se pretendeu explicitar o certo ou o errado, o bem ou o mal, o novo ou o antigo, mas sim, buscou-se traçar que todas as contribuições foram fundamentais para o pensamento social, histórico, político e filosófico da contemporaneidade.

Na contemporaneidade, no campo de produção discursiva, estamos constantemente expostos aos mais variados e complexos jogos de linguagem, permeados por embates e disputas no campo da significação. Diante disso, acredita-se que tanto as contribuições dos linguistas estruturalistas, quanto dos filósofos que se dedicaram aos estudos linguísticos, contribuem com os estudos no campo da educação, configurando-se em um *continuum*, na compreensão dos fenômenos sociais.

Se de um lado as contribuições de Saussure ao campo da linguística foram fundamentais para os estudos posteriores sobre concepções de linguagem e discurso como, por exemplo, os estudos desenvolvidos por Benveniste, Pêcheux e Orlandi em uma perspectiva estruturalista; a filosofia de Wittgenstein contribuiu sobremaneira para os estudos pós-estruturalistas, a partir da proposição do movimento de virada linguística, que traz a linguagem e o discurso para a centralidade de análise dos fenômenos sociais em uma perspectiva não somente atrelada à análise linguística, servindo como aporte às análises de diversas práticas sociais.

Nesse sentido, acredita-se que os estudos discursivos muito têm a contribuir com a análise da educação brasileira, com vistas a apontar ferramentas de análise aos profissionais da educação no intuito de promover a partilha do controle das regras dos jogos discursivos, atingindo-se assim novos significados para a práxis docente. Especialmente os estudos de Wittgenstein que culminaram no movimento da Virada Linguística, reconfigurando o lugar da linguagem e do discurso na produção do social.

### Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (Org.). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CARDOSO, S. H. B. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FISCHER, R.M.B. A paixão de trabalhar com Foucault. In: COSTA, M.V. (Org.). 3 ed. **Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p.39-60.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault. **Uma trajetória Filosófica: Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.

FÜCHS, Cathérine. A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

INDURSKY, Freda. A noção de sujeito em Análise do Discurso: do desdobramento à fragmentação. In: XV Encontro da Anpoll de 2000. **Anais**. Porto Alegre, 2002.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso: London, 1985.

LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993.

MAGALHÃES, B. Ideologia, sujeito e transformação social. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: **A ideologia alemã**. Lisboa: Edições Avante, 1984a.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1, v. 1. 2008.

MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (Org.). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PETRI, V. Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60. In: **Conferência de abertura da Semana Acadêmica de Letras da UFSM: Anos 60: utopias que transformaram a área de letras**. Santa Maria, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Edunicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. **Discurso. Estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. A análise do discurso: três épocas. In. GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 2006.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Recebido em 30 de setembro de 2020.  
Aceito em 09 de março de 2021.